

A perspectiva social-democrata: o reformismo que abraça o capital

Gabriel Gonçalves Ribeiro¹

Resumo: Este artigo discorre e analisa elementos de políticas sociais a partir do modelo Social-democrata, com ênfase na trajetória desta perspectiva e suas ações nos Estados de Bem-Estar Social. A linha do tempo aqui apresentada auxilia no entendimento, da sua gênese, passando pelo auge na Europa pós-Segunda Guerra Mundial e chegando aos dias de hoje no Brasil, o quanto o reformismo utilizado pela Social-Democracia serve como um braço forte do neoliberalismo a serviço do capital e, conseqüentemente, é contrário à classe trabalhadora, aumentando desta maneira, de forma sistêmica e permanente, a pobreza e a desigualdade social. Por fim, este trabalho busca em sua contribuição descortinar situações do nosso presente momento, onde podemos enxergar resultados de operações da Social-democracia no cenário nacional após a redemocratização de 1985, mais precisamente nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Palavras-chave: Social-democracia. Estado de bem-estar social. Neoliberalismo.

The social-democratic perspective: the reformism that embraces capital

Abstract: This article discusses and analyzes elements of social policies from the Social-Democratic model, with emphasis on the trajectory of this perspective and its actions in the States of Social Welfare. The timeline presented here helps in understanding its genesis, going through the height of post World War II Europe and reaching today in Brazil, how the reformism used by Social Democracy serves as a strong arm of neoliberalism in the service of capital and, consequently, is contrary to the working class, thus increasing, systematically and permanently, poverty and social inequality. Finally, this work seeks in its contribution to discard situations of our present moment, where we can see results of operations of Social-democracy on the national stage after the redemocratization of 1985, more precisely in the governments of Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva.

Keywords: Social democracy. State of social welfare. Neoliberalism.

1 Universidade Católica de Pelotas

Introdução

Este estudo é resultado de uma pesquisa bibliográfica percorrida em obras de autores que abordam as concepções e aplicações de políticas públicas e em textos selecionados e compreendidos entre os anos de 2019 e 2023 da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, os quais abarcam desde abordagens fundamentais para o entendimento de políticas sociais à jornada que vai do surgimento, apogeu e atual momento da perspectiva Social-democrata em nossa sociedade. A discussão aqui elencada nasce de uma revisão de literatura narrativa que tem como objetivo trazer para o ponto atual o modo da Social-democracia exercer sua atuação. Partindo de um resgate histórico desta matriz, assim como da aparição, implementação e aplicação das políticas sociais do Estado de Bem-Estar Social, do seu sucesso na Europa pós-Segunda Guerra Mundial e de sua representatividade no Brasil desde a Era Vargas, passando pela redemocratização e culminando no cenário atual, este estudo dá luz a visíveis ações da Social-Democracia em nosso cotidiano.

Para o início desta análise, se faz necessário uma breve recapitulação da conceituação de políticas públicas e políticas sociais para um melhor desenvolvimento das interpretações que aqui serão abordadas. As Políticas Públicas são programas e ações de um governo que visam a garantia de direitos de uma sociedade. Elas podem ser Políticas de Governo, quando existe a possibilidade de alternância destes programas e ações na medida que os governos são substituídos, ou Políticas de Estado, quando existe a continuidade dos programas e das ações independentemente de quem está no poder. Já as Políticas Sociais seriam uma ramificação das políticas públicas quando tem suas ações voltadas ao Social, nas áreas da saúde, previdência, emprego e renda, educação, e assistência social. A garantia dos direitos nestas áreas é dada sob tutela da sétima e mais recente Constituição Brasileira: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, p. 18).

Estes conceitos, quando aprofundados, são trazidos para a discussão sob o viés de Proteção Social, já que a Política Social é dotada de formas de proteção à sociedade desenvolvidas em um sistema compreendido pelo conjunto de relações e instituições delimitáveis (DI GIOVANI, 2008). Tal proteção é executada através de políticas públicas, que possuem como característica a intervenção planejada do poder público, via seu fundo público, para resolver problemas de relevância social. É a intervenção estatal com base num acervo de conhecimentos técnicos sobre a realidade num conjunto de formas variadas de interação com a sociedade (DI GIOVANI, 2008).

Além disso, Di Giovanni (2008) destaca o fato de que políticas públicas não são meramente a intervenção do Estado, mas que elas também são uma forma contemporânea das sociedades onde prevalece a democracia de exercício de poder. Nakatami e Bogo (2020) acrescentam que o Estado e suas instituições não foram constituídos de uma só vez. Isto é um processo em permanente transformação. Por isso, mesmo que o Estado tenha sido criado pela sociedade, existe uma distância entre eles e é preciso salientar a importância da economia, pois ela é peça crucial na relação entre Estado e sociedade. É através de uma moeda, que tem de um lado a política social e do outro lado a política econômica, que a sociedade modifica a política social, que por sua vez também modifica a sociedade (ADELANTADO et al., 2000).

Segundo Di Giovanni (2009), o porquê de as políticas públicas ganharem força e visibilidade se deu por quatro fatores. O primeiro deles se dá no campo macroeconômico, onde surge no pós-guerra, a adoção de políticas keynesianas onde créditos eram dados aos Estados para aumentar emprego, o que gerava aumento na arrecadação de impostos. Depois, na esfera cultural e social, com a consolidação da cidadania, as pessoas participam, de maneira organizada ou não, da criação da agenda até a execução das políticas públicas a partir de uma ideia ‘direito-demanda’, a qual pressupõe a ação do Estado. Já o terceiro conceito, na política, o Estado passa a ter a capacidade de responder às demandas da sociedade e não apenas se vê como representativo. Por fim, o quarto fator se dá na geopolítica, onde as ideias neoliberais nas políticas econômicas e sociais aparecem em um momento de fim da bipolarização entre o capitalismo e o socialismo. Este último fator é concomitante, tanto para o auge do Estado de

Bem-Estar Social como para a matriz Social-Democrata. Esta contextualização histórica, do combate à alternativa socialista, será o ponto de partida deste estudo.

Social-democracia: origem, trajetória e o seu papel no Estado de Bem-Estar Social

É importante pontuar dois momentos da Social-democracia. O primeiro deles é o seu início, com sua formação e organização. A Social-democracia, enquanto corrente política, nasce na Europa do século XIX, quando o Estado basicamente exercia a função de polícia. Uma polícia que, sistematicamente, reprimia de maneira violenta a classe operária. Por volta de 1860, surgem os primeiros partidos europeus de operários, pois assim se enxergou como a única maneira dessa repressão à classe dos operários ser evitada, combatida. Ao começarem a ganhar espaço e cadeiras nos parlamentos dos países europeus, os operários destes partidos perceberam que implantar o socialismo traria altos custos políticos e sociais, então foi feita a opção em concentrar os esforços promovendo melhorias de trabalho e salário a quem eles representavam. A revolução do proletariado foi abandonada para que fossem priorizados os avanços na qualidade de vida de seus eleitores.

Além de uma alternativa à conquista do socialismo via revolução, a Social-democracia carregava em sua gênese ser uma superação gradual do capitalismo pelo caminho da democracia parlamentar e do reformismo político (PEREIRA, 2013). Os operários agrupados em seus partidos perceberam que necessitavam do investimento privado para melhorar as condições sociais e econômicas daquela época incipiente da matriz. Naquele momento se viu pela primeira vez a lógica de que os operários renunciavam à coletivização dos meios de produção e os capitalistas aceitavam aplicar um pouco dos seus lucros em investimentos na qualidade de vida das pessoas. Esta lógica é chamada de ‘compromisso entre os social-democratas e o capital privado’ por Przeworski (1989). Desta feita, o capital tinha sua continuidade intocada na medida que com estes investimentos sendo realizados as necessidades, tanto dos operários social-democratas quanto dos capitalistas, eram saciadas.

Ainda no século XIX, mais precisamente até a Segunda Internacional Socialista (1889-1916), a Social-democracia se apresentava em distintas correntes, tais como leninistas, revisionistas, social-democratas russos e social-democratas alemães. Estas variantes poderiam, ainda, ser classificadas em outro aspecto: como reformistas e revolucionários. Mesmo divergindo em alguns pontos, todos tinham o socialismo como meta e a classe operária como base. De acordo com Pereira (2013, p. 164): “Desta forma, apesar de não se poder falar em uma única socialdemocracia ou de uma socialdemocracia pura, é possível reunir abordagens semelhantes sob seu guarda-chuva epistemológico”.

Já o segundo momento se dá no espaço entre as duas guerras mundiais, onde ocorrem as experiências dos partidos da Social-democracia em diversos países da Europa, os quais passavam por transformações internas, se distanciando do estigma revolucionário, fazendo florescer em larga escala a ruptura entre os partidos social-democratas e socialistas. Estas mudanças que estavam acontecendo na Europa atingiram diretamente as ações dos partidos social-democratas. Vejamos, separadamente, dois casos: o do Partido Social-Democrata de Trabalhadores da Alemanha (SPD) e o do Partido Trabalhista Britânico (Labour Party).

Miranda (2022), descreve que o SPD, que era de matriz revolucionária, teve o ápice do seu reformismo após a derrota nazista na Segunda Guerra Mundial, já que os Estados Unidos financiavam através do Plano Marshall a recuperação da Europa no pós-guerra e passavam a acompanhar de perto os acontecimentos na Alemanha Ocidental em período de Guerra Fria, onde fez a Social-democracia guinar para à direita, fortalecendo a integração com a sociedade de Bem-Estar, massivamente através de campanhas de propagandas anticomunistas.

O outro exemplo trazido por Miranda (2022), o Labour Party da Inglaterra, que já não era mais da linha revolucionária marxista, passou a realizar ações coletivas nas áreas econômicas e sociais através da intervenção do Estado. Tais ações também foram adotadas por outros países, como Austrália e Nova Zelândia na Oceania, Canadá na América do Norte e África do Sul na África.

Também é preciso ressaltar a valia do Keynesianismo na construção das ações da Social-democracia. As ideias de John Keynes (1883-1946) alteraram a vida política dos partidos social-democratas. Antes do Keynesianismo, a Social-democracia não tinha uma política econômica para se moldar ao capitalismo e suas alterações sistêmicas. Keynes fez com que as políticas de distribuição de renda atingissem diretamente a classe trabalhadora. Colocando os interesses do trabalhador no cerne da discussão. O Keynesianismo defendia que com salários mais altos também se garantiria o lucro dos investidores. No pós-guerra, a adoção destas políticas fez com que fosse ofertado crédito aos Estados, aumentando emprego e acréscimo na arrecadação de impostos (DI GIOVANI, 2009).

Sustentado no discutido até aqui, pode-se definir a linha do tempo da Social-democracia como: a) uma vertente que nasceu no socialismo, mas que logo passou a divergir quando seus representantes eleitos perdiam poder político e financeiro para investimento quando apoiassem a Revolução do Proletariado; b) passou a ser uma corrente reformista, sustentada por uma democracia parlamentar; c) não é incompatível com o capitalismo, pelo contrário, necessita cada vez mais do investimento privado.

No Estado de Bem-Estar Social, que tem como função ser agente da promoção social e organizador da economia, a oferta à sociedade de emprego e direitos sociais de razão plena sempre foi vista como grande missão. Em um primeiro momento, o Estado de Bem-Estar Social esteve em campo antagônico à Social-democracia. O Estado de Bem-Estar Social se estabeleceu contando com a individualização do risco, enquanto o modo Social-democrata tinha através da sua política a coletivização deste mesmo risco. Porém, como vimos, logo após a Segunda Guerra Mundial, os governos dos países europeus fizeram volumosos empréstimos para aquecer suas economias, o que fez com que o capital passasse do setor público para o setor privado.

Sobre o reconhecimento do Estado de Bem-Estar Social pela Social-democracia podemos destacar:

Aliás, pode-se afirmar que, na atualidade, mais do que convicção na referida compatibilidade, a socialdemocracia reconhece a essencialidade da proteção social; assim como reconhece a importância do Estado de Bem-Estar Social como principal agente provedor desta proteção e da reprodução do modo de produção capitalista, considerado este a organização política e econômica ideal, que não deve, em absoluto, ser superada (PEREIRA, 2013, p. 165).

Os embates entre a burguesia e a classe operária fez confundir-se ainda mais essa noção do público-privado. Os parlamentos e, conseqüentemente, os partidos políticos conservadores, começaram a perder poder para o Executivo, que por sua vez passou a ter maior destaque e a atender diretamente a classe proletária através das ações do Estado de Bem-Estar Social. Estas ações, apesar das críticas devido a interferência na economia e seus elevados custos, foram responsáveis por um crescimento econômico com baixas taxas de inflação e aumento significativo do número de empregos ofertados para a sociedade.

O período compreendido do pós-Segunda Guerra Mundial e meados dos anos 70 foi considerado o apogeu do Estado de Bem-Estar Social. De lá para cá, o desenvolvimento tecnológico de um mercado globalizado fez com que os índices de pessoas desempregadas aumentassem. Assim, com um número considerável de pessoas sem contribuir com o sistema previdenciário, já que não possuem emprego, culminamos em um aumento dos custos sociais das pessoas beneficiárias do sistema (PERSSON, 2010).

A implementação da Social-democracia em terras brasileira

Como citado no início deste artigo, este trabalho visa descortinar as ações da Social-Democracia desde sua gênese, sua trajetória na Europa passando pelas duas guerras mundiais, seu momento de sucesso (1945-1975) e como ela atua nos dias de hoje aqui no Brasil, na nossa aldeia. Para isto é importante destacar que a atuação da Social-democracia em nosso país é bastante recente, assim como a implementação do Estado de Bem-Estar Social e a execução de suas políticas sociais à nossa sociedade. Para uma melhor análise, é preciso recordar que até a

década de 60, 70% dos brasileiros viviam na área rural. Em 2000, menos de 20% da nossa população continuava vivendo no meio rural (FLEURY, 2006). Este fluxo migratório se deve muito à proteção social ter iniciado abraçando apenas a população urbana.

Ainda na década de 60, o Brasil iniciava o seu período de ditadura militar. Nele, acontece o Milagre Econômico Brasileiro, onde os governos dos militares completaram o ciclo da Era Vargas, criando empresas estatais através de articulações entre capitais nacionais e internacionais que possibilitaram o financiamento público. Estava posto em prática o Projeto Nacional de Desenvolvimento, com seus três pilares: crescimento econômico, autoridade central e identidade nacional. Mas a que preço?

Fleury (2006) aponta que junto a este desenvolvimento veio também uma exclusão estrondosa. De 1901 a 2000, o PIB brasileiro aumentou 110 vezes, sendo o período da ditadura militar aquele onde o crescimento foi maior. Porém, a desigualdade medida pelo índice Gini, mostra que de 1960 até 1999 ela subiu de 0,5 para 0,59 (IBGE, 2000). Estes dados escancaram a enorme concentração de renda no país naquela época. Então, para a pergunta feita anteriormente, de qual o preço para esse crescimento, a resposta se dá no elevado número de empréstimos junto ao capital internacional.

Neste período, mais precisamente no final dos anos 70 e início dos anos 80, o Brasil passa a ter como grande desafio o combate ao déficit fiscal. Surgem também uma série de movimentos e organizações não-governamentais, assim como novos partidos buscando a institucionalidade democrática. Nos anos 80 as políticas e ações eram de alívio à pobreza e não políticas sociais para combater a desigualdade que existia. Tudo isto colocava em xeque o acordo entre as classes do regime de Bem-Estar Social (ESPING-ANDERSEN, 1995), a qual fazia a Social-democracia prevalecer na medida em que ela gerava conformidade entre os mais diversos setores da sociedade.

A realidade brasileira na década de 90 era assustadora. Em apenas nove anos, de 1990 a 1999, a dívida externa do país passou de U\$ 115,5 bilhões para U\$ 241,2 bilhões. Um aumento de 109% em apenas uma década. Isto fez, e cabe ressaltar que não só ao Brasil, mas também a boa parte dos países da América do Sul, que o capital internacional impusesse a estas nações reformas para que assim fossem estabelecidos um equilíbrio fiscal e um balanço de pagamentos da dívida destes países em crise (WANDERLEY, 2013).

O Brasil, após a redemocratização de 1985 e principalmente depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, passa por um processo de descentralização, onde é repassado aos governos estaduais e municipais autonomia para a aplicação de políticas públicas. Segundo Pereira (2013), a equidade e a justiça social são responsáveis pela aplicação de políticas sociais. É o poder local quem faz e resolve políticas públicas, sendo assim a descentralização do poder faz com que cada localidade possa realizar o ciclo de suas políticas públicas ao identificar o problema, organizar a agenda, formatar e legitimar decisões, implementar e fiscalizar determinada ação posta em funcionamento. Afinal, teoria, práticas e resultados são elementos primários de todas as políticas públicas. A relação entre elas, quando indissolúvel e orgânica, é o que Di Giovanni (2009) chama de estruturas elementares.

Esta descentralização, sinônimo de municipalização, acrescida da explosão do surgimento de cada vez mais movimentos sociais e organizações não-governamentais modificam a Estrutura Social. O conjunto do modo como as práticas de grupos e indivíduos estão organizados estabelece tal estrutura. E com isso é preciso considerar que as desigualdades são locais. Se ainda não ideal, esta participação plural é apontada como um avanço necessário para a evolução da Política Social enquanto processo (ADELANTADO et al., 2000).

Pode-se ver, mais uma vez, o porquê da Social-democracia ao confortar as mais distintas classes arrumar sempre o seu espaço:

A chave da real compreensão da proteção social capitalista, contudo, reside no fato de que a sua razão de ser resulta da existência de desigualdades sociais e econômicas criadas pelo sistema do capital que reivindica dessa proteção a intervenção. Logo, pela lógica deste sistema, a sua principal tarefa seria não exatamente a de suprimir a desigual posição social de indivíduos e classes, mas sim de reduzi-la ou aliviá-la como estratégia de legitimação do sistema (PEREIRA, 2013, p. 173).

O encaixe nos governos pós-redemocratização

É sabido que desde seu surgimento, a Social-democracia se sustenta através de seu reformismo político e de sua democracia parlamentar. No Brasil, mais especificamente no ano de 1988, foi fundado o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Segundo Persson (2010), o partido foi criado por lideranças políticas e intelectuais, numa espécie de ‘partido de quadros’, que continha intelectuais com conhecimento dos cenários europeu e latino-americano, assim como de políticos sem muito poder eleitoral até então. Importante frisar que, à época, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola e o Partido dos Trabalhadores (PT) também fizeram uso das ideias social-democratas.

O PSDB governou o país por dois mandatos consecutivos, de 1995 a 2002. O cenário encontrado por Fernando Henrique Cardoso (FHC), o presidente eleito, não foi dos melhores:

Com efeito, a chegada do PSDB e de sua social democracia encontrou um mundo real “diferente” por aqui. Inicialmente, ao invés de iniciar o governo pensando num “welfare state”, este modelo proposto – ainda em formação – tinha primordialmente de se preocupar com os problemas oriundos de uma hiperinflação (PERSSON, 2010, p. 98).

Os governos de FHC foram caracterizados pelas desestatizações e privatizações (reformismo político), que somente aconteceram com a anuência do Congresso Nacional (democracia parlamentar). Passado este período de governo do PSDB, o PT chegou ao poder. Para que isso acontecesse, após perder três eleições, o então candidato Luiz Inácio ‘Lula’ da Silva precisou modificar o seu discurso. Precisou tornar homogênea sua trajetória de sindicalista no ABC paulista com o discurso político de um partido reformista, mas também capitalista. Nesse momento se vê uma atenção às políticas sociais:

Claramente, percebemos um PT fazendo a prática primeira da continuidade e, nos últimos anos, realizando o aprofundamento das políticas sociais públicas em favor das classes mais baixas. Importante destacar que não perderam de vista a preservação da estabilidade macroeconômica iniciada nos governos de FHC e aprimoradas cirurgicamente no momento atual (PERSSON, 2010, p. 100).

Durante os 14 anos de governo do PT - oito anos de governo Lula e mais seis de governo Dilma – se viu a luta contra as desigualdades e o combate à pobreza saírem do papel e, verdadeiramente, promover algumas mudanças na sociedade brasileira. Porém, a rejeição da sociedade à imagem do PT como sendo de um partido corrupto, ocasionou no impedimento de Dilma no ano de 2016. Estava em jogo a ‘politics’ agindo, fazendo com que o senso comum – com um forte serviço da mídia televisiva - externasse seu preconceito e repúdio ao PT enquanto partido, seus representantes e suas ações de governo. (DI GIOVANNI, 2009).

Logo em seguida, o Brasil teve mais dois governos – Temer e Bolsonaro – que flertaram com um Estado de matriz Residual. Tanto que, principalmente no governo Bolsonaro, se via uma clara aversão às políticas sociais, como algo que causa dependência nas pessoas. Em seus discursos, notoriamente, se via a pregação do Darwinismo Social, onde o chefe de governo naquela ocasião defendia a não intervenção do Estado com políticas sociais, pois isso causava uma dependência, algo que não era justo com a meritocracia (PEREIRA, 2013).

Recentemente, Lula voltou a governar o Brasil e, mais uma vez, se vê o enquadramento do atual presidente com a Social-democracia. A democracia parlamentar se faz cada vez mais necessária já que Lula não tem a maioria no Congresso Nacional. Além disso, o reformismo político fica evidenciado quando o governo necessita fazer cortes em áreas importantes e colocar travas orçamentárias em diversos setores. Desta feita, mesmo com suas repaginadas e constantes mudanças, a perspectiva Social-democrata segue tão forte quanto o próprio capitalismo.

Considerações finais

Após a discussão apresentada neste trabalho, é possível concluir que a Social-democracia, guardada as distintas particularidades de suas trajetórias tanto na Europa quanto no Brasil, conseguiu se moldar às transformações do sistema capitalista em seus momentos de sucesso e de crise. Se utilizando do Estado de Bem-Estar, a Social-democracia encontrou o espaço que precisava para se fazer estabelecer. O conformismo que ela consegue estender às mais diversas classes sociais, faz com que seja possível o entendimento que Estado e sociedade não estão em contradição. Na realidade um retroalimenta o outro, pois conforme Gramsci (2000), existe uma relação orgânica entre eles e a contradição não está nessa relação, mas sim na oposição entre as classes sociais.

Também vale destacar o quão refém segue o Brasil dos dois eixos fundamentais da Social-democracia. O reformismo político e a democracia parlamentar escrevem, de maneira contundente, as linhas da história brasileira, principalmente a partir da redemocratização de 1985 até o presente momento. Setores da mídia brasileira, ciclicamente, apontam para o fato de vivermos um parlamentarismo velado. De certo modo isto está correto. Um presidente sem a maioria do Congresso Nacional ao seu lado não consegue governar, seja de direita ou de esquerda. O Centrão, como são chamados os partidos que não compõem nem a base do governo e nem a oposição, tem papel fundamental através do exercício de sua democracia parlamentar, afinal são representantes eleitos pelo povo que, através de suas escolhas, viabilizam ou não a execução de reformas e de políticas públicas. Por outro lado, não se trata somente de vivermos um parlamentarismo velado. As decisões transcendem os poderes e de veladas não têm mais nada. Vivemos em um país onde o poder Judiciário, por vezes, acaba por legislar. As reformas em nossa sociedade se dão por diferentes instâncias, poderes. O reformismo que abraça o capital segue acontecendo, independentemente do agente escolhido.

Referências

ADELANTADO, J.; NOGUERA, J.A.; RAMBLA, X. **El marco de análisis: las relaciones complejas entre estructura social y políticas sociales**. Cambios en el Estado del Bienestar. Barcelona: Icaria. 2000.

BEKER, M. H. **PT e social-democracia: analisando a trajetória e os governos petistas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13132>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DI GIOVANNI, G. Políticas Públicas e Política Social. Texto publicado no blog em 22 ago. 2008. Disponível em: <<http://geradigiovanni.blogspot.com/>> . Acesso em: 10 maio 2022.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. NEPP. **Cadernos de pesquisa**, n. 82, UNICAMP, 2009.

- ESPING-ANDERSEN, G. **O futuro do welfare state na nova ordem mundial**. São Paulo. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 1995.
- FLEURY, S.; GENTILI, P. (Orgs.). Eixo Político Institucional – Parte I. In: **Democracia, descentralização e Desenvolvimento: Brasil & Espanha**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel - notas sobre o Estado e a política**. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- IBGE. **Estatísticas do século XX. Brasil**, 2000.
- MIRANDA, J. A. Social-democracia e o Brasil: A matriz Social-Democrática na Periferia (1930-1994). In: SENHORAS, E. M. (Org.). **Ciência política: debates temáticos**. Ponta Grossa: Editora Atena, 2022. p. 1-18.
- NAKATANI, P.; BOGO, A. Estado capitalista e Políticas Públicas: o Estado em ação. In: NOGUEIRA, V.M.R et al (Org.). **Estado, Políticas Públicas e a Ação Profissional de Assistentes Sociais**. Cascavel: Edunioeste, 2020.
- PERSSON, L. F. A social democracia e o welfare state: a construção de um modelo social democrata no Brasil. **Conversas & Controvérsias**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 90–104, 2010.
- PEREIRA, C. P. **Proteção Social no Capitalismo: Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes**. Tese (Doutorado em Política Social) - UnB. Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, 2013.
- PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e Social- Democracia**. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.
- WANDERLEY, M. B. Discussão sobre a gestão social: conceitos e protagonistas. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 16, n.1, p. 19-29, jul./dez. 2013.